

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

Clipping – Cuiabá/MT, 25 de março de 2010.

Notícias / **Ciência & Saúde**

25/03/2010 - 08:59

## **Farmácias terão que reter receitas de antibióticos**

*Folha Online*

Ainda neste ano, a compra de antibióticos só poderá ser feita mediante a apresentação de uma receita que será retida na farmácia ou drogaria. Anvisa poderá incluir antibióticos na lista de remédios controlados.

Os termos e a forma de implantação dessa proposta serão submetidos a uma consulta pública pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no máximo em um mês, e a previsão é que ela entre em vigor em setembro. Atualmente, a regra determina apenas que o paciente apresente a receita, mas ele pode ir embora do estabelecimento com ela. Mesmo essa exigência, porém, costuma ser descumprida, e o medicamento é vendido sem prescrição, como reconhece a própria Anvisa.

Esse foi um dos motivos que levaram o órgão a propor regras mais rígidas para a comercialização de antibióticos. O outro é evitar a automedicação e o uso incorreto, que podem tornar as bactérias resistentes aos medicamentos e dificultar o tratamento de algumas doenças e infecções.

"Sou totalmente a favor do controle. O Brasil tem um perfil bem peculiar de resistência a algumas bactérias, como alguns pneumococos e estafilococos, que não existe em nenhum outro lugar do mundo", diz Artur Timerman, infectologista da comissão de infecção hospitalar do Hospital Professor Edmundo Vasconcelos e do Hospital Dante Pazzanese.

De acordo com dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) apresentados ontem, mais de 50% dos pacientes tomam antibiótico apenas por um dia, o que indica uma baixa adesão ao tratamento. Isso pode tornar a bactéria mais resistente a esse tipo de medicamento. Outro problema é o uso de antibióticos para o combate a infecções virais.

"Os antibióticos são necessários para matar micro-organismos como as bactérias, mas têm vários efeitos colaterais indesejáveis. Além disso, em determinadas condições, seu uso pode estimular o desenvolvimento de bactérias mais resistentes. A nova regra é muito adequada, pois vai dificultar o uso indevido dos medicamentos e esses riscos associados", acredita Marcos Boulos, professor de moléstias infecciosas e parasitárias da Faculdade de Medicina da USP.

### **Restrição maior**

A Anvisa também colocará os quatro tipos de antibiótico mais vendidos sob um controle ainda mais rigoroso. São eles a azitromicina, o sulfametoxazol, a amoxicilina e a cefalexina, usados em mais de 1.500 medicamentos.

Farmácias e drogarias serão obrigadas a registrar os dados relativos a cada venda, como a quantidade e o nome do médico que fez a prescrição, como já acontece, por exemplo, com emagrecedores.

Presentes ontem em uma audiência pública sobre a proposta, integrantes do Conselho Federal de Medicina e da Sociedade Brasileira de Infectologia disseram aprovar as mudanças.

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

O representante da Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), Sérgio Barreto, afirmou que a sua entidade também está de acordo, mas criticou o SUS (Sistema Único de Saúde) por não disponibilizar todos os medicamentos de que a população precisa.

O presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, respondeu dizendo que isso não retira dos estabelecimentos a obrigação de obedecer à legislação sobre a prescrição dos medicamentos. "A gente está discutindo essa regra porque ela é descumprida todos os dias."

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Farmacias terao que reter receitas de antibioticos&edt=34&id=91860](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Farmacias%20terao%20que%20reter%20receitas%20de%20antibioticos&edt=34&id=91860)

Notícias / **Ciência & Saúde**

24/03/2010 - 21:56

## **Anvisa mantém uso de vacina contra rotavírus**

*ABr*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recomendou a manutenção do uso da vacina contra o rotavírus, produzida pela empresa inglesa Glaxo SmithKline (GSK).

Na última segunda-feira (22), a FDA, agência reguladora de saúde dos Estados Unidos, recomendou a suspensão do uso da vacina no país. Um estudo teria encontrado fragmentos de um vírus que ataca aves e porcos, o Circovirus, em dois lotes da vacina Rotarix, da GSK.

O rotavírus é a principal causa de diarreias infecciosas, conhecidas como gastroenterites, em crianças. A transmissão ocorre por meio da ingestão de comida ou água infectadas com vírus presentes em fezes ou pelo simples contato com objetos contaminados. Os principais sintomas são vômito, febre e diarreia constante.

De acordo com a Anvisa, não foi registrada, no Brasil, nenhuma reação adversa à vacina, que integra o calendário de imunização infantil desde 2006. Outra alegação da agência é que a paralisação do processo de imunização poderia expor cerca de 2 milhões de crianças com menos de 4 anos às doenças diarréicas. No ano passado, foram aplicadas aproximadamente 18 milhões de doses da vacina no país.

A Anvisa informou, ainda, que o protocolo de aplicação da vacina segue critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Anvisa mantem uso de vacina contra rotavirus&edt=34&id=91795](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Anvisa%20mantem%20uso%20de%20vacina%20contra%20rotavirus&edt=34&id=91795)

### **COTIDIANO / DESCASO NA SAÚDE PÚBLICA**

25.03.10 | 07h15 - Atualizado em 25.03.10 | 07h31

## **Obras do Hospital Central foram superfaturadas, diz MPF**

**Ação, que tramita desde 2003, teve fase de instrução processual finalizada e aguarda sentença da Justiça Federal**

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

---

Secom-MT/Agência Senado



Blairo Maggi e Jaime Campos (destaque) figuram como réus, segundo o Ministério Público

#### DA REDAÇÃO

Após uma nova oitiva de quatro testemunhas, a pedido do senador Jaime Campos (DEM), o Ministério Público Federal reafirmou o entendimento de que houve irregularidades e ilegalidades na contratação e na execução da obra do Hospital Central de Cuiabá. E mais: que os réus da ação foram os responsáveis por essas irregularidades e que houve superfaturamento da obra e desvio de verbas federais. As informações são do MPF em Mato Grosso.

A ação, que tramita desde 2003, teve a sua fase de instrução processual finalizada e agora aguarda a sentença da Justiça Federal. São réus o Governo do Estado de Mato Grosso, representado pelo atual governador Blairo Maggi; o ex-governador Jaime Campos; o ex-diretor do Departamento de Obras Públicas (DVOP, já extinto), Sérgio Navarro Vieira; os sócios-proprietários da Aquário Engenharia, ex-prefeito da Capital, Anildo Lima Barros, Paulo Sérgio Costa Moura e Vera Inês da Silva Campos Barros; e a Eldorado Construções e Obras de Terraplanagem, integrante do grupo empresarial Aquário Engenharia.

Nos memoriais finais apresentados à Justiça Federal, em julho de 2009, o pelo procurador Thiago Lemos de Andrade, e ratificados em 4 de março passado, após a nova oitiva das testemunhas, o Ministério Público Federal reafirmou o pedido para que o Governo do Estado seja obrigado a concluir a construção do hospital, e que os responsáveis pelo desvio de recursos federais sejam condenados a ressarcir à União.

Os memoriais finais são os últimos argumentos apresentados tanto pela acusação quanto pela defesa, no andamento de um processo, antes de o juiz proferir a sentença.

De acordo com a ação, a construção do hospital foi dividida em três etapas. A primeira etapa foi concluída ainda na década de 1980 e a origem dos recursos para o custeio desta etapa são desconhecidos e a documentação referente a ela, de acordo com a ação, nunca foi encontrada.

O MPF lembra que, para a execução da segunda e terceira etapas da obra -

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

---

responsáveis por 71,42% e 20,63% do total da obra, respectivamente -, o Governo do Estado e a União, por intermédio do extinto Inamps, celebraram um convênio para o repasse de verbas federais.

A totalidade das verbas foram liberadas, mas, de acordo com a ação do MPF, somente a primeira etapa da obra foi cumprida de acordo com o planejado. Na segunda e terceira etapas, apenas parte dos serviços foram executados.

Nas alegações finais, o procurador Thiago Lemos de Andrade ressaltou o superfaturamento dos itens da obra, que ocorreu na recomposição do contrato celebrado entre o Governo do Estado e a construtora.

Nessa repactuação, cujo objetivo era ajustar os preços iniciais (de 1986) aos valores de mercado praticados à época da celebração do convênio com o Inamps (em 1991), ocorreu o superfaturamento de 561,59% segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), fato também confirmado já no processo judicial pelo perito do juízo (mais de 500% conforme afirma o perito designado pelo juiz já no curso da ação).

Assim, o contrato que, inicialmente tinha valor equivalente a US\$ 3,825,807,79, com o realinhamento de preços, alcançou o patamar equivalente a US\$ 14,118,998.57.

A União, que compõe o pólo ativo e cada um dos réus terão prazo cinco dias apresentação dos memoriais finais e, assim, o processo aguardará a sentença judicial. A ação, nº 2003.36.00.008088-8, tramita na 5ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=3&idnot=20017>

Cidades 25/3/2010 - 14:36:00

## **Notificações de dengue em Mato Grosso já passam de 27 mil este ano**

Redação site TVCA com assessoria



A Secretaria de estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT) divulgou hoje de manhã os dados de dengue referentes a quarta semana de Março do ano de 2010. De 1º de janeiro até a data de hoje, a notificação é de 27.958 casos da doença. Desse total, 749 foram notificados como casos graves.

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

---

O total de notificações até o momento de óbitos é de 31 casos. Desses, 19 foram confirmados e 12 estão sob investigação. Os números são da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica da SES-MT.

### **Cuiabá**

A capital do estado de Mato Grosso tem até o momento a notificação de 3.121 casos. Desses, 159 foram notificados como casos graves da doença. Até a data de hoje, foram notificados seis mortes, sendo dois casos confirmados como sendo de dengue e quatro ainda estão sob investigação.

### **Várzea Grande**

Até o momento, a notificação é de 1.246 casos, sendo 110 notificados como casos graves da doença. Foram registrados até o momento, quatro mortes confirmadas.

### **Mortes nos demais municípios**

Os municípios que tiveram a notificação de mortes por Dengue até o momento foram: Barra do Garças ( 01 caso confirmado), Colniza (02 óbitos, sendo 01 caso confirmado e 01 caso sob investigação), Diamantino (01 caso confirmado), Lucas do Rio Verde (01 caso sob investigação), Pontes e Lacerda (01 caso confirmado), Primavera do Leste (02 casos confirmados), Rondonópolis (03 casos, sendo 02 confirmados e 01 caso sob investigação), Santa Carmen (01 caso confirmado), São José do Rio Claro (01 caso sob investigação), Sinop (05 casos, sendo 03 confirmados e 02 casos estão sob investigação), Sorriso (01 caso confirmado), Curvelândia (01 caso sob investigação), e Tangará da Serra (01 caso sob investigação).

A Secretaria de estado de Saúde esclarece e justifica sobre uma morte confirmada como sendo de dengue no boletim divulgado na semana passada (18), no município de Brasnorte. Após investigação in loco, mediante análise do prontuário encontrado no hospital e com a chegada de novos resultados dos exames laboratoriais, o caso foi descartado como sendo da doença. O diagnóstico real é de leucemia.

As notificações de casos de Dengue, no ano de 2009, de 1º de janeiro a 25 de março de 2009, foram de 5.591 casos. Em 2010, as notificações neste mesmo período foram de 27.958 casos.

### **Série Histórica**

A Secretaria de estado de Saúde apresenta a série histórica de notificações e incidência de Dengue do ano de 2000 a 2009. No ano de 2000, o estado apresentou notificação de 6.844 casos; 2001- 4.531; 2002- 14.988; 2003- 13.709; 2004- 4.244; 2005- 10.906; 2006- 16.123; 2007- 20.712; 2008- 11.641; 2009- 60 mil.

### **Medidas de prevenção**

Manter a caixa d'água, tonéis e barris ou outros recipientes que armazenam água, totalmente tampados e limpos na sua parte interna (lavados com escova e sabão

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
**As principais notícias sobre Saúde**

semanalmente). Deve-se remover tudo o que possa impedir a água de correr pelas calhas e não deixar a água da chuva acumular sobre as lajes.

No caso dos vasos de plantas, encher de areia, até a borda, os pratinhos dos vasos. Se não tiver colocado areia no pratinho da planta, lavar a mesmo com escova, água e sabão, pelo menos uma vez por semana, fazendo o mesmo com vasos de plantas aquáticas. Jogar no lixo todo objeto que possa acumular água, como potes, latas e garrafas vazias. Colocar o lixo em sacos plásticos, fechar bem esses sacos e deixá-los fora do alcance de animais. Manter lixeiras bem fechadas.

<http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?n=485036&p=2>

Cidades 25/3/2010 - 12:23:00

## **Anvisa regulamenta produção e venda de plantas medicinais**

**Confira as indicações e as formas de uso para algumas plantas.**

Redação site TVCA com assessoria

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reconhece o tratamento com plantas medicinais que já tiveram a eficiência comprovada cientificamente. Os benefícios de algumas plantas, folhas, cascas, raízes ou flores que ajuda a aliviar os sintomas de um resfriado ou mal-estar passam de geração em geração. Unindo ciência e tradição, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quer popularizar esse conhecimento, esclarecendo quando e como as drogas vegetais devem ser usadas para se alcançar efeitos benéficos.

Uma resolução assinada esta semana pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária diz respeito sobre o assunto e também sobre a segurança: a partir de agora as empresas vão precisar informar à Anvisa sobre a fabricação, importação e comercialização dessas drogas vegetais no mínimo de cinco em cinco anos. Os produtos também vão passar por testes que garantam que eles estão livres de microrganismos como bactérias e sujidades, além da qualidade e da identidade.

Além disso, os locais de produção deverão cumprir as Boas Práticas de Fabricação, para evitar que ocorra, por exemplo, contaminação durante o processo que vai da coleta, na natureza, até a embalagem para venda. As embalagens dos produtos deverão conter, dentre outras informações, o nome, CNPJ e endereço do fabricante, número do lote, datas de fabricação e validade, alegações terapêuticas comprovadas com base no uso tradicional, precauções e contra indicações de uso, além de advertências específicas para cada caso.

Veja alguns exemplos de uso em chás:

A arnica é indicada em compressas para contusões e hematomas, mas o uso não pode passar de 7 dias porque provoca irritações na pele; O alho ajuda a combater o colesterol alto mas deve ser evitado por pessoas com gastrite ou pressão baixa; O capim cidreira é recomendado para cólicas no intestino e no útero mas pode aumentar o efeito de calmantes; O chá de frade tem efeito cicatrizante, o chambá indicado para problemas respiratórios, o açafraão é um antiinflamatório, a espinheira santa é muito procurada por quem tem úlcera gástrica.

[Clique aqui e confira a forma correta de preparar as plantas.](#)

Drogas vegetais e fitoterápicos

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

As drogas vegetais não podem ser confundidas com os medicamentos fitoterápicos. Ambos são obtidos de plantas medicinais, porém elaborados de forma diferenciada. Enquanto as drogas vegetais são constituídas da planta seca, inteira ou rasurada (partida em pedaços menores) utilizadas na preparação dos populares "chás", os medicamentos fitoterápicos são produtos tecnicamente mais elaborados, apresentados na forma final de uso (comprimidos, cápsulas e xaropes).

Todas as drogas vegetais aprovadas na norma são para o alívio de sintomas de doenças de baixa gravidade, porém, devem ser rigorosamente seguidos os cuidados apresentados na embalagem desses produtos, de modo que o uso seja correto e não leve a problemas de saúde, como reações adversas ou mesmo toxicidade.

<http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?n=485012&p=2&Tipo=>

24/03/2010 - 17h03

## Município de Lucas tem 49 casos de malária confirmados

Fernanda Loydi  
ExpressoMT

Um caso por semana. Esta é a média de notificações de suspeita de malária no município de Lucas do Rio Verde. Até a última segunda-feira (22) haviam sido confirmados 49 casos. Este ano três pessoas morreram em decorrência da doença. O departamento de endemias da Secretaria de Saúde não pode informar quantas pessoas ainda estão doentes, visto que a doença dura em média 7 dias até que o paciente reestabeleça a saúde.

Para evitar que mais pessoas se contaminem equipes da Vigilância em Saúde continuam realizando bloqueio químico. O foco encontrado no bairro Menino Deus, onde diversas pessoas contraíram a doença, já foi eliminado.

"A preocupação agora é com o Recanto dos Macucos, onde há 22 casos de malária. Estamos realizando bloqueio químico e orientando os moradores do local, mas é uma região complicada porque há muita mata fechada e o mosquito está em seu habitat natural", explica o coordenador de Vigilância em Saúde no município, Jorge Vanni.

### Prevenção

Para prevenir a doença deve-se evitar locais de mata e margens de rios no período entre o pôr do sol, no fim da tarde, até a manhã. No caso de freqüentar tais locais nestes horários é preciso usar repelente. "O mosquito não pica com o sol quente, por isso mesmo durante o dia se a pessoa estiver em região de mata, na sombra, há o risco de contrair a doença", alerta Vanni. "Por isso aconselhamos o uso de repelente e de telas de proteção nas janelas e portas das residências próximas à matas e rios".

### Sintomas e tratamento

O principal sintoma da malária é a febre alta. Primeiro vem as fases de frio, que se alternam com fases de extremo calor. Dores de cabeça, náusea, hemorragias e fadiga também fazem parte da doença.

"Nos casos de suspeita da doença a pessoa deve imediatamente procurar um posto de saúde, pois a automedicação por atrapalhar o tratamento e mascarar o resultado de confirmação", recomenda Vanni.

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

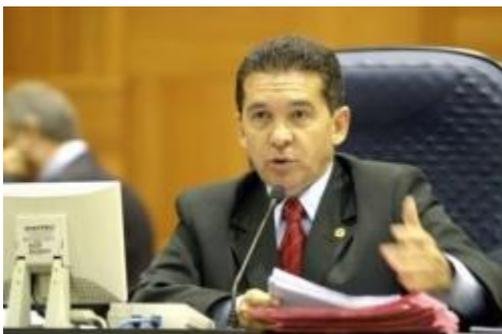
<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=323510>

## Cidade Independente

Da Redação

### Saúde tem de ser prioridade na campanha

Divulgação



O deputado estadual Sérgio Ricardo (PR) defendeu que a saúde tem de ser um dos fatores mais avaliados pelo eleitorado na campanha deste ano

O deputado estadual e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde, Sérgio Ricardo (PR) pediu que neste ano eleitoral a população avalie as propostas dos seus candidatos na área da saúde pública. “A sociedade tem de votar em quem tem conhecimento sobre saúde no estado de Mato Grosso”, disse.

O republicano avaliou que as questões relacionadas a saúde devem ser priorizadas por qualquer candidato ao governo de Mato Grosso. “O candidato que não valorizar a saúde pública não merece votos”, disparou o primeiro-secretário da Assembléia Legislativa.

O parlamentar reforçou, em entrevista ao programa Cidade Independente, da Rádio Cidade FM (94,3) na manhã desta quinta-feira (25), que a Comissão não foi criada com fins políticos. “No começo as pessoas acreditavam que a CPI teria cunho político, mas eu sempre defendi que ela não seria palanque eleitoral de ninguém”, argumentou.

Sérgio Ricardo explicou que a CPI perdeu o foco inicial que seria investigar os recursos repassados pelo governo estadual ao município de Cuiabá. “Não poderíamos, como deputados estaduais, investigar apenas a capital. Assim, estamos fazendo uma varredura na saúde de todo Mato Grosso”, pontuou.

Publicado em : 25/03/2010 às 13:59

<http://www.folhadoestado.com.br/0,,fCBA0,,fCBA82E7-saude-tem-de-ser-prioridade-na-campanha>

» PLANTÃO GAZETA

24/03/2010 18:12

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

## Ouvidorias Comunitárias serão formalizadas

O Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Casa Civil e Ouvidoria Geral do Estado de Mato Grosso (OGE/MT), formaliza, nesta quinta-feira (25), a criação das Ouvidorias Comunitárias em Cuiabá. A Casa Civil e OGE assinam um Termo de Cooperação Técnica com a União Cuiabana de Associação de Moradores de Bairros (Ucamb), às 14h30, no gabinete do secretário-chefe da Casa Civil Eumar Novacki, no Palácio Paiaguás.

O Termo de Cooperação entra em vigor a partir da assinatura e terá duração de um ano, com possibilidade de prorrogação. O termo trata ainda dos esforços mútuos para o funcionamento do serviço e assessoramento das ouvidorias comunitárias nos bairros de Cuiabá visando o compartilhamento de recursos humanos e tecnológicos, por meio de atendimento e aproveitamento do ouvidor nas associações de moradores.

Conforme o termo, a OGE disponibilizará treinamento ao comunitário, capacitação aos presidentes de bairros, além de credenciar os aprovados e acompanhar a atuação deles.

A OGE/MT fica no Palácio Paiaguás, no Centro Político Administrativo (CPA). Os telefones de contato são (65) 3613 4620/Fax: (65) 3613 4623 ou o 0800 647 1520 que é gratuito. (Secom -MT).

<http://www.gazetadigital.com.br/>

## "A CPI da Saúde vai ser um divisor de águas", diz Sérgio Ricardo ao Cidade Independente

Publicado em :25/03/2010 às 11:18



Seguindo com o seu gabinete itinerante o deputado, Sérgio Ricardo, estava em Várzea Grande, no bairro São Matheus e mesmo assim falou por telefone ao programa Cidade Independente da Rádio Cidade 94,3 FM. E comentou sobre os benefícios e a melhoria que está ocorrendo com a CPI da Saúde, pois estava um caos. Ela tem previsão para terminar no mês de maio, mas segundo o deputado, possivelmente será prorrogado.

AMPLIAR

"Serão entregues de 10 a 15 sugestões, que serão resultados da CPI, para o Silval Barbosa", conta

Sérgio Ricardo. Nessas sugestões vamos descobrir as ações que devem fazer para ser melhorado e acabar com as filas. "Tem muita gente morrendo sem fazer consulta", frisa o deputado.

Em Mato Grosso há pelo menos duas mil pessoas esperando cirurgia ortopédica, 600 cirurgias cardíacas e 20 pessoas esperando cateterismo, esses são alguns números que estão sendo levantados pela CPI da Saúde. Estão com um projeto de 'fila zero'. "O Estado teria que ter uma estrutura melhor da saúde, mas é Cuiabá que tem a gestão plena, Cuiabá decide se vai ou não ser operado" diz Sérgio Ricardo. E dá uma sugestão de criar o hospital estadual.

## ----->>> Saúde em Foco <<<-----

### As principais notícias sobre Saúde

---

Citou um exemplo de hospital, é o Hospital da Criança que fica em Curitiba, aqui em Cuiabá não possui um específico para criança, e constatou que há muitas crianças de Cuiabá internadas no H.C., aqui elas recebem tratamento junto com adultos. Mudar o Hospital Geral, seria uma medida, alertou o deputado, e que também teriam que ser criado mais leitos cerca de 300 a 400, fazer uma ampliação para dar conta da demanda.

Em uma visita que fez ao hospital em Rondonópolis, através da CPI, ficou indignado com o que viu a UTI do hospital sem ar condicionado os ventiladores praticamente em cima dos pacientes, “em minha opinião, um dos fatores para a melhoria dos pacientes é o clima”, justificou Sérgio Ricardo.

A CPI está descobrindo a realidade da saúde em MT, têm informações que nunca se ouviu falar. Uma das causas dessas desordens é que nos últimos cinco anos foram trocados sete secretários de saúde no município de Cuiabá e cinco no Estado, cada secretário trabalha de uma maneira, e há trocas de funcionários que prejudica o andamento da situação. “A CPI foi feita para ajudar a saúde. A política na saúde e não para a saúde”, explica o deputado.

Em Mato Grosso há oito cirurgias por dia e tem cerca de três milhões de habitantes e ainda não há quantidade de médico suficiente, pois eles não querem ir pro interior querem ficar no grande centro, na capital. Estão com uma proposta, a mais imediata possível, para se criar um curso de medicina na Unemat. E criar concurso público para médico, já que tem pra juízes e defensores públicos, que ganham cerca de 20 e 17 mil, respectivamente.

De acordo com o que foi dito por alguns partidos políticos, essa CPI não é para atingir o prefeito Wilson Santos. “Não é palanque pra ninguém, o objetivo é melhorar, vamos ter uma visão do que está acontecendo é uma grande ação que se torna pública. Aquele candidato que não melhorar a saúde, não merece respeito, a prioridade de qualquer governo é a saúde, procurar conhecer a saúde de Mato Grosso, você não consegue mudar sem conhecer”, argumenta o deputado Sérgio Ricardo.

*Da Redação O Independente*

<http://www.averdadeemsuasmaos.com.br/noticia.php?codigo=5198>

### **Município mineiro conta com a participação de vereadores no segmento usuário do SUS.**

A surpreendente constatação na falha da organização e funcionamento do Conselho de Saúde de Volta Grande-MG revelou à Controladoria Geral da União, através de um dos produtos de seu 28º sorteio - recentemente divulgado, erros absurdos e que poderiam estar sendo evitados se aquele Município observasse atentamente as disposições contidas não só na lei 8.142/90, como também na própria Constituição Federal.

Os erros junto ao controle social na área de saúde chegam ao ponto de constar como conselheiro um vereador, cujo suplente também exerce igual mandato legislativo, e, o mais assustador, na representação do segmento usuário do SUS. E, para piorar,

----->>> Saúde em Foco <<<-----

## As principais notícias sobre Saúde

---

sequer foi encontrado qualquer documento que evidenciasse que a indicação deu-se formalmente por qualquer entidade.

Nesta hora ficamos imaginando como o legislativo irá julgar com imparcialidade as contas do executivo municipal, quando seus pares participam, de certa forma, na efetivação das políticas de saúde?! Como garantir a imparcialidade, a independência do legislativo em relação ao executivo prevista no artigo 2º da Constituição Federal?

É claro que a maioria não age assim, mas, por mais que possa parecer estranho, ainda existem cidades, com grande quantitativo populacional, que permitem que vereador faça parte do conselho.

Evidentemente que esta e outras falhas apuradas deverão ser passíveis de correção, ainda mais considerando que o gestor da saúde municipal seria “um apostador na própria sorte” e deixar que a questão seja resolvida no âmbito do Ministério Público.

**Fonte:** LEGISUS, 25/03/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2306>

**Péssimas informações em prestação de contas de recursos de convênio geram pesadas penas a ex-prefeito de Gravatá/PE.**

A condenação pelo Tribunal de Contas da União do ex-prefeito de Gravatá/PE pela aplicação irregular dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o combate ao dengue, e a inconsistência das justificativas apresentadas, mostra o quanto os gestores públicos ainda têm que aprender a trabalhar com a utilização dos recursos federais transferidos.

A multa, que não é a primeira que poderia ser evitada – das várias proferidas pelo TCU, é fruto de um processo administrativo, com direito de defesa assegurado ao gestor, mas que, em virtude das inconsistências apresentadas, foi condenado a devolver, do próprio bolso, o montante de mais de R\$ 100.000 reais, além da citada multa de R\$ 10mil reais.

Lamentavelmente o gestor não demonstrou nos autos a boa-fé na aplicação dos recursos, o que permitiria que a responsabilidade pela devolução dos recursos, não usado no convênio, mas em parte para os profissionais e serviços de saúde (inclusive pagamento de ACS para desenvolvimento do programa de combate ao dengue!), que os recursos fossem devolvidos pelo Município e não pela pessoa física do ex-prefeito.

Há algum tempo atrás, com nossa orientação, o ex-gestor da saúde de um Município fluminense teve minorada de R\$ 80 mil para R\$ 3mil a condenação da devolução dos recursos do Ministério da Saúde que deveriam ser utilizados no combate ao dengue redirecionados para exames e procedimentos na área da saúde – todos justificados devidamente ao TCU.

**Fonte:** LEGISUS, 25/03/2010.

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2307>

**Não assinar cheques não isenta o Secretário de Saúde de responsabilização.**

O Tribunal de Contas da União, ao apreciar as contas da aplicação dos recursos transferidos pelo fundo nacional de saúde a um município baiano, e, dentre outras, recusar a justificativa do ex-secretário de saúde de que não assinava os cheques dos pagamentos realizados pela SMS, mas sim o ex-prefeito e o ex-tesoureiro, pode deixar-nos atônitos, mas desta feita foi apresentada uma importante fundamentação.

O entendimento motivou-se no fato de que a legalidade de uma pagamento não se atém somente à assinatura dos cheques, que é uma das últimas etapas de uma despesa, a liquidação. A decisão, se aliada à determinação da disposição contida na lei 8.080/90, que dá ao Secretário de Saúde a condição de gestor da saúde no respectivo âmbito de atuação (art. 9º, inciso III), transfere para este a obrigação de zelar por todas as etapas das despesas efetuadas com recursos públicos.

A decisão trouxe um item importante, já que é muito pouco utilizado, foi o fato do TCU, além da devolução dos recursos que considerou indevido, por cada ex-gestor da saúde, também impôs a aplicação de uma multa no valor de 100% do débito imposto.

Esta decisão deve reforçar o entendimento de que a gestão financeira dos recursos do SUS tem que ser transferida integralmente para os fundos de saúde, situação, cabe ressaltar, que inclusive pode contribuir para isentar uma responsabilização solidária do prefeito municipal com o gestor da saúde.

**Fonte:** LEGISUS, 25/03/2010.

<http://www.legisus.com.br/novidades/exibir.php?codigo=2308>

25/3/2010  
- 07:40

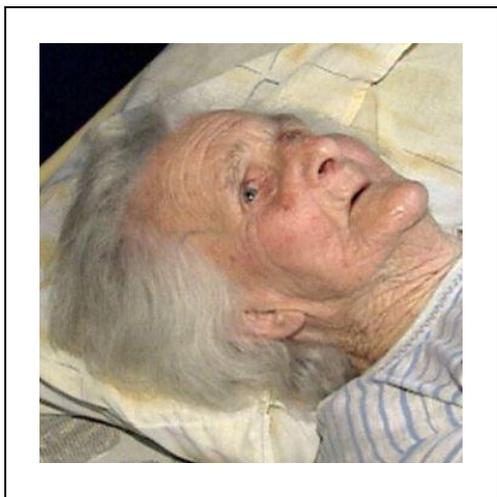
PROBLEMA DE TODOS

**Idoso que sofrer maus tratos será tratado como  
problema do Estado**

Hospitais podem ser obrigados a notificar às autoridades públicas sanitárias os casos de violência contra idosos.

----->>> Saúde em Foco <<<-----  
As principais notícias sobre Saúde

---



Terminou ontem à tarde a reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Depois de ser aprovada pela Câmara dos Deputados, o colegiado apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei que altera o Estatuto do Idoso para prever a notificação obrigatória dos atos de violência praticados contra idosos, por ocasião de seu atendimento em serviços de saúde pública ou privada.

Em seu relatório favorável, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirma que a violência contra o idoso representa um dos mais graves problemas sociais do país. Assim, a proposta contribuirá para a redução do clima de impunidade que permeia o tema, indiscutível fator de seu agravamento, argumenta.

Na justificção de seu projeto (PLC 298/09), o deputado Sebastião Rocha explica, ainda, que muitos idosos não denunciam a violência sofrida por medo ou sentimento de culpa diante do fracasso das relações familiares.

A proposta muda o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que já obriga as autoridades policiais, o Ministério Público e os conselhos municipal, estadual ou federal de idosos a comunicarem episódios de violência em local público ou privado que provoquem a morte do idoso, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

De acordo com o relator, deputado Wolney Queiroz (PDT/PE), o projeto não tem problemas jurídicos. Sebastião Bala Rocha disse que a comunicação dos casos às autoridades sanitárias vai permitir a coleta de importantes dados estatísticos para subsidiar a formulação de políticas públicas.

<http://www.expressomt.com.br/noticia.asp?cod=62848&codDep=2>